



O IBLCE reserva-se o direito de fazer notificações públicas de revogações permanentes de certificação IBLCE e de reprimendas públicas impostas aos IBCLCs como resultado de Processos Disciplinares do IBLCE.

Revogação Permanente de Certificação

A certificação IBCLC para os seguintes indivíduos foi permanentemente revogada e os mesmos estão permanentemente impedidos de candidatar-se ao restabelecimento da certificação como Consultor em Lactação Certificado Pelo Conselho Internacional.

Chris Haffner-Eaton de Oregon, EUA: Com efeito a partir de 21 de agosto de 2002, por furto de itens de exibidores na conferência da Associação Internacional de Consultores em Lactação em Acapulco, México, em julho de 2001.

Heasook Kim de Seul, Coreia e Califórnia, EUA: Com efeito a partir de 24 de fevereiro de 2005, por sérias e repetidas violações da segurança do exame internacional do IBLCE. A Sra. Kim admitiu ter copiado fotos utilizadas nos exames do IBLCE de 1999, 2000 e 2001 para slides, mantidos para seu próprio uso.

Reprimenda Pública

Pamela Hirsch de Illinois, EUA: Com efeito a partir de 8 de setembro de 2009 por deixar repetidamente de cumprir com o processo disciplinar do IBLCE. A Sra. Hirsch consistentemente recusou-se a fornecer uma resposta por escrito a reclamação registrada contra ela, e conseqüentemente sua certificação como IBCLC está suspensa até que o Comitê de Ética e Disciplina do IBLCE receba uma resposta por escrito da replicante que aborde as acusações da reclamação e que as acusações tenham sido resolvidas de forma satisfatória. Caso a Sra. Hirsch voluntariamente entregue sua certificação como IBCLC e posteriormente candidate-se à restituição de sua certificação IBCLC, ela deverá satisfazer as condições do Artigo XXVIII Seção B dos Processos de Disciplina do IBLCE de 1º de janeiro de 2007, isto é, ela deverá cooperar plenamente com o processo de Ética e Disciplina em resposta à Queixa. Somente após o recebimento de sua resposta o Comitê de Ética e Disciplina poderá continuar com a investigação. Além disso, caso durante a investigação o Comitê descubra a existência de Causa Provável, a replicante deverá cooperar plenamente com o processo disciplinar descrito nos Procedimentos de Disciplina do IBLCE de 1º de janeiro de 2007.

Christine Percy de Nova Gales do Sul, Austrália: Com efeito a partir de 8 de setembro de 2009 por deixar repetidamente de cumprir com o processo disciplinar do IBLCE. A Sra. Percy consistentemente recusou-se a fornecer resposta por escrito a reclamação registrada contra ela. A certificação da Sra. Percy como IBCLC expirou durante o curso da investigação da queixa. O Comitê de Ética & Disciplina do IBLCE determinou que a Sra. Percy tenha permissão de buscar Certificação por Exame no futuro. Contudo, caso busque obter certificação desta maneira, ela deverá cooperar plenamente com o processo de Ética & Disciplina, respondendo à queixa registrada contra ela. Somente após o recebimento de sua resposta o Comitê de Ética e Disciplina poderá proceder com a investigação. Caso, como resultado da investigação, o Comitê novamente encontrar causa provável para ação disciplinar, a Sra. Percy deverá cooperar plenamente com o processo disciplinar especificado pelo Comitê.

Jennifer Tow de Connecticut EUA e França: Com efeito a partir de 27 de abril de 2016 para o provimento de recomendações não informadas pelas melhores evidências disponíveis (Princípio 1.2 do Código de Conduta Profissional vigente a partir de 1º de novembro de 2011), por operar fora do âmbito da prática ao fazer recomendações baseadas em fotografias sem consultar o histórico ou conduzir exame (Princípio 2.1 do Código de Conduta Profissional, vigente a partir de 1º de novembro de 2011), por divulgar informações pessoais e privadas em contexto não-privado, fora do âmbito da equipe de cuidados com o cliente (Princípio 3.1 do Código de Conduta Profissional, vigente a partir de 1º de novembro de 2011). O Conselho de Apelação confirmou a sanção de reprimenda pública nestas bases, tal como determinado pelo Painel abaixo e encoraja firmemente a profissional certificada a obter 5 CERPs ou outro tipo de treinamento relacionado a estas violações do Código de Conduta Profissional e fornecer provas de conclusão do treinamento ao IBLCE no prazo de um ano.